

# PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Volume 26 • Number 2  
Winter 2018

ISSN 1057-1515

*Interdisciplinary*

PSR

VOLUME 26 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2018



## Filologia Portuguesa e Orientalismo: a afirmação da identidade linguística no limiar do século XX<sup>1</sup>

Catarina Nunes de Almeida

*Centro de Estudos Comparatistas (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*

A FILOLOGIA MODERNA (também descrita como a *nova filologia*) acompanha o conjunto de tendências ideológicas e estéticas que caracterizam o orientalismo europeu, constituindo, provavelmente, o campo do saber que concede ao fenómeno orientalista maior impulso do ponto de vista ideológico. A descoberta do sânscrito, que levou filólogos e filósofos ao encontro de uma raiz linguística e cultural comum perdida no tempo – a matriz indo-europeia – funcionou como pedra-de-toque desse intenso processo. As semelhanças entre o sânscrito e as línguas europeias, que começam a ser notadas logo a partir do século XVI, à medida que se estabelece um contacto cada vez mais regular com a Ásia, promovem a especulação sobre a existência duma origem ancestral comum a partir da qual várias línguas descenderiam.

O interesse em analisar e decifrar os códigos culturais das antigas civilizações resultaria, de finais do século XVIII em diante, num grau de especialização cada vez mais apurado por parte dos orientalistas europeus, traduzindo-se rapidamente no desenvolvimento de matérias como a Filologia, a Glotologia, a Epigrafia ou a Paleografia. Mas não só: os chamados estudos indo-europeus também estarão directamente ligados à definição epistemológica de disciplinas como a Etimologia, uma vez que era enfatizado o estudo da história das palavras, as suas origens e o modo como forma e sentido se transformam ao longo do tempo.

---

<sup>1</sup> O presente estudo insere-se no projeto « Textos e Contextos do Orientalismo Português – Congressos Internacionais de Orientalistas (1873-1973) » (PTDC/CPC-CMP/0398/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projeto 3599 – Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação – Não Co-financiada.



Com efeito, a metodologia adoptada nos textos dos orientalistas portugueses de que aqui daremos conta vai também ela beber aos métodos da Etimologia, que incluíam a pesquisa filológica (mudanças ao nível da forma ou do sentido das palavras são identificadas com o recurso a fontes antigas disponíveis), o recurso a dados da dialectologia (em que são consideradas variações entre diferentes dialectos, de forma a aceder à evolução anterior das palavras), o estudo das transformações semânticas (a constituição de hipóteses sobre as mudanças de sentido de algumas palavras) e, ainda, alguns exercícios de transcrição e de transliteração com vista à standardização de modelos. Porém, o método preferencial será, sem dúvida, o comparativo, aplicado primeiramente ao estudo das línguas indo-europeias: através da comparação sistemática de línguas que apresentam relações comuns, são agrupadas, por um lado, palavras que derivam da mesma raiz ancestral e, por outro lado, palavras que foram aquisições tardias de outras línguas.

O complexo jogo de dependências que o chamado orientalismo académico estabelece com a *nova filologia* é, conforme sabemos, rigorosamente descrito por Michel Foucault (1969), cuja tese é depois retomada por Edward W. Said (1978). Segundo o autor de *As palavras e as Coisas*, a invenção da filologia moderna como um campo de estudo histórico e gramatical deve-se sobretudo a Franz Bopp (1791-1867). Com Bopp há uma mudança de paradigma: um estudo sistemático relacionará pela primeira vez línguas tão distintas quanto o grego, o latim, o sânscrito, o persa ou o alemão, não apenas pelas suas características morfológicas comuns, mas também pelas suas estruturas gramaticais, flexões e composições comuns.<sup>2</sup>

Porém, esta busca aparentemente superficial pela origem das línguas modernas, que aproximou em definitivo os românticos da Índia (seja por via da filologia, da filosofia ou mesmo da literatura), ocultava motivações mais profundas – as mesmas que Carlos João Correia desvela, num breve texto intitulado « Variações sobre uma ideia de Oriente »: « Se a perfeição gramatical do sânscrito parecia evidente, acrescida de uma riqueza lexical incomensurável, poderia conceber-se a ideia de aquela língua venerada constituir a memória da palavra original da humanidade ».<sup>3</sup> Também em *Orientalismo* Said defen-

---

<sup>2</sup>Michel Foucault, *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*, trans. Salma Tannus Muchail (São Paulo: Martins Fontes, 2000), 343-416.

<sup>3</sup>Carlos João Correia, “Variações sobre uma ideia de Oriente,” em *Diálogo de Civilizações. Viagens ao fundo da História, em busca do tempo perdido*, ed. João Gouveia Monteiro (Coim-

de que a invenção da linguagem como objecto, enunciada por Foucault, é o desdobramento de uma questão maior, que diz respeito ao carácter espiritual, metafísico da linguagem e da sua origem. A dicotomia cristã e europeia é abalada por essa descoberta da linguagem, uma vez que fica exposto um substrato comum, um sistema arcaico de relações entre Ocidente e Oriente que se dão na esfera da linguagem. A tese de Said é que esse contacto, todavia, é selectivo e que o mesmo sistema de relações será filtrado por um rigoroso desejo de domínio.<sup>4</sup>

Mas de que orientalistas portugueses falamos e que textos nos deixaram? Uma das formas de acedermos a esse corpus é, sem dúvida, através do mapeamento das participações portuguesas nos conhecidos Congressos Internacionais de Orientalistas que, entre 1873 e 1973, conheceram 29 encontros oficiais em vinte e quatro cidades europeias e cinco extraeuropeias<sup>5</sup>, reunindo investigadores de vários continentes com vista a debater os estudos orientais praticados sobretudo na Europa e nos EUA. A fragmentação temática que os programas foram evidenciando não só nos permite reflectir sobre a evolução do próprio conceito de Oriente, como põe em evidência a evolução das diferentes disciplinas do ponto de vista epistemológico. A definição do corpus pode ainda ser completada pela reconstrução das redes culturais formadas pelos intelectuais portugueses e pela observação das sociedades científicas que estes fomentaram, como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Academia Real das Ciências.

Com efeito, os textos de autores portugueses apresentados nos Congressos, uma vez organizados de acordo com uma lógica conceptual, deixam en-

---

bra: Imprensa da Universidade, 2004), 39.

<sup>4</sup>Edward W. Said, *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, trans. Pedro Serra (Lisboa: Cotovia, 2004), 25-26.

<sup>5</sup>Apresentamos aqui a listagem completa dos encontros realizados: I Congresso: Paris (1873), II Congresso: Londres (1874), III Congresso: São Petersburgo (1876), IV Congresso: Florença (1878), V Congresso: Berlim (1881), VI Congresso: Leiden (1883), VII Congresso: Viena (1886), VIII Congresso: Estocolmo-Cristiania (1889), IX Congresso: Londres (1891 e 1892), X Congresso: Genebra (1894), XI Congresso: Paris (1897), XII Congresso: Roma (1899), XIII Congresso: Hamburgo (1902), XIV Congresso: Argel (1905), XV Congresso: Copenhaga (1908), XVI Congresso: Atenas (1912), XVII Congresso: Oxford (1928), XVIII Congresso: Leiden (1931), XIX Congresso: Roma (1935), XX Congresso: Bruxelas (1938), XXI Congresso: Paris (1948), XXII Congresso: Istambul (1951), XXIII Congresso: Cambridge (1954), XXIV Congresso: Munique (1957), XXV Congresso: Moscovo (1960), XXVI Congresso: Nova Deli (1964), XXVII Congresso: Ann Arbor (1967), XXVIII Congresso: Canberra (1971), XXIX Congresso: Paris (1973).

trever um significativo conjunto que incide sobre matérias da Filologia, nomeadamente questões de Linguística Histórica e Comparada, as quais nos propusemos analisar aqui. A maior parte destes textos destinavam-se a ser apresentados no X Congresso Internacional de Orientalistas que iria ter lugar em Lisboa, no ano de 1892, mas que acabaria por ser cancelado. Os títulos reflectem bem o conteúdo das comunicações e as principais matérias trazidas à discussão. Os textos incluíam o estudo aprofundado do português e dos dialectos continentais – referimo-nos, concretamente, ao texto de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros* (Lisboa, 1892), e a um de Francisco Adolfo Coelho, *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão* (Lisboa, 1892); o estudo do árabe e o seu contributo para o aprofundamento da história da língua portuguesa – temática presente nos textos de Gonçalves Viana, *Simplification possible de la composition en caractères arabes* (Lisboa, 1892), e de David Lopes, « Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique » (Argel, 1905); e, por último, o estudo de dialectos falados nas colónias portuguesas da Ásia – caso do texto de José Leite de Vasconcelos, *Sur le Dialecte portugais de Macao* (Lisboa, 1892), e dos textos dos goeses André Paulo de Andrade, *A Few Passing Words on the Konkani Dialect as Spoken in Goa* (Lisboa, 1892), e Santana Rodrigues, « The Origin of Konkani Language » (Oxford, 1928).

A disseminação dos estudos orientais em Portugal não se resume, contudo, apenas à Academia Real das Ciências, à Sociedade de Geografia de Lisboa ou aos Congressos Internacionais de Orientalistas. No que diz respeito, concretamente, aos estudos filológicos, importa considerarmos ainda o posicionamento estratégico numa outra instituição antes de avançarmos para a análise dos textos. Na verdade, o Curso Superior de Letras (que estará na génese da futura Faculdade de Letras de Lisboa) foi também um dos epicentros do orientalismo académico em Portugal, não só porque constituiu o espaço de formação de vários destes autores, mas também por ter sido uma via privilegiada de divulgação das suas ideias, permanecendo alguns a ele ligados pela actividade lectiva.

Como seria de prever, o Curso destacou muito os estudos no âmbito da *nova filologia*, afectos a diferentes cadeiras. A contínua revisão dos planos curriculares não deixa dúvidas quanto ao facto de estarem em andamento, no mesmo período, diversos processos ligados à institucionalização e à especialização das várias áreas do saber, nomeadamente no que respeita ao esta-

belecimento e definição epistemológica de matérias e à sua integração nas estruturas académicas, assegurando assim – em paralelo a todo o idealismo universalista que sustentava os estudos indo-europeus – o ensino e disseminação do conhecimento sobre os territórios ultramarinos.

Segundo João Couvaneiro, autor duma Tese de Doutoramento acerca do Curso Superior de Letras, a primeira proposta do plano curricular partiu de Guilherme de Vasconcelos Abreu, uma figura que, conforme se conhece, se notabilizaria essencialmente pela sua faceta de sanscritólogo. Este facto permite reconhecer que o Curso contemplava, desde a sua génese, uma estrutura muito afim às tendências europeias no domínio dos Estudos Orientais.

A afirmação do Curso Superior de Letras como uma instituição de ensino superior efectiva – que acabaria por se materializar pela acção D. Pedro V, graças à afectação de verbas da sua dotação – conheceu várias contrariedades, que só serão amenizadas em 1911, com a criação da Faculdade de Letras de Lisboa. A abertura solene das aulas realizou-se a 14 de Janeiro de 1861, mas os planos curriculares do Curso serão permanentemente actualizados durante toda a existência do mesmo.

No que respeita a matérias dos Estudos Orientais, só em 1878 « foram introduzidas no plano curricular duas cadeiras (Filologia Comparada e Língua e Literatura Sâncrita, Védica e Clássica), estrutura que se manteve até à derradeira reforma do Curso, datada de 1901 ».<sup>6</sup> A Academia Real das Ciências de Lisboa foi uma das instituições que fez notar a necessidade de se alargar o plano de estudos, embora as recomendações que dela partiram (que incluíam, precisamente, a criação de uma cadeira para serem estudadas as Línguas Orientais e outra consagrada à Arqueologia) não fossem implementadas senão em 1878, apesar de a discussão acerca da importância da sua inserção ter sido uma constante desde a abertura oficial:

Levy Maria Jordão proferiu a lição que inaugurou solenemente os trabalhos do Curso Superior de Letras no ano lectivo de 1862-1863. Nessa ocasião, o professor de História Universal e Filosófica sublinhou a importância do Sâncrito e alertou para a necessidade de se criar uma cadeira na qual se leccionassem línguas e literaturas orientais. Tal recurso revelar-se-ia, na sua opinião, essencial para ampliar a compreensão do passado de povos, relativamente aos quais o conhecimento da

---

<sup>6</sup>João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro, “O Curso Superior de Letras (1861-1911): nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal,” PhD diss. (Universidade de Lisboa, 2012), 27.

sua cultura material fosse insipiente. Afirmava que era pela comparação dos termos partilhados pelas línguas arianas, reduzidas à sua forma primitiva, e achando a sua significação real, que se chegaria a formar uma ideia aproximada do estado material, social e moral “do povo a quem é devida a criação do idioma primitivo”.<sup>7</sup>

Na sequência do primeiro Congresso Internacional de Orientalistas, realizado em Paris no ano de 1873, Vasconcelos Abreu criará, juntamente com o Marquês de Ávila e Bolama e com Possidónio da Silva, a Associação Promotora dos Estudos Orientais e Glóticos, a qual « tinha como intuito a promoção dos estudos orientais, a preparação da realização do Congresso Internacional de Orientalistas que se pretendia realizar em Portugal, a criação de uma biblioteca, um arquivo e um museu ». <sup>8</sup> Guilherme de Vasconcelos Abreu foi incumbido, em 1875, de empreender uma viagem à Alemanha e à França para realizar cursos de Filologia Oriental e aprofundar os estudos de Sânscrito Clássico e Védico, viagem que deveria resultar depois num relatório no qual daria nota ao Governo da organização desses estudos nos respectivos países, bem como das vantagens que poderiam resultar do seu conhecimento para a ciência e para a administração colonial:

A missão inscrevia-se ainda no esforço de contribuir para desenvolver em Portugal o ensino das línguas orientais, concorrer para o progresso dos estudos pelo contacto com os mais eminentes autores da época e introduzir nas instituições de ensino superior portuguesas novos métodos de ensino. O relatório viria a ser enviado ao Marquês de Ávila e Bolama que tinha então assumido a presidência do conselho de ministros. Vasconcelos Abreu foi então incumbido de desenvolver os trabalhos necessários para poder abrir um curso livre de Língua e Literatura Sânscrita, Védica e Clássica [...].<sup>9</sup>

A legalidade e a pertinência da criação do curso livre de Língua e Literatura Sânscrita, e a própria nomeação de Vasconcelos Abreu, viriam a ser de imediato contestadas por professores que se opunham. Só quando Teófilo Braga assume a direcção do Curso, o ensino do Sânscrito, que provisoriamente havia sido instituído como curso livre, passa a ser integrado na estrutura curricular, sendo a leccionação confiada a Vasconcelos Abreu, mas não sem que o processo fosse altamente contestado e debatido na imprensa, que

---

<sup>7</sup>Couvaneiro, “O Curso Superior de Letras (1861-1911),” 38.

<sup>8</sup>Couvaneiro, “O Curso Superior de Letras (1861-1911),” 39.

<sup>9</sup>Couvaneiro, “O Curso Superior de Letras (1861-1911),” 40.

aludia ser « mais premente que se criasse uma cadeira de línguas neo-latinas e de princípios de linguística ».<sup>10</sup> Outra das contrariedades apontadas ao desenvolvimento dos estudos do Sânscrito em Portugal prendia-se com o facto de não existir qualquer abordagem à disciplina nos estudos secundários, situação que condicionava o alcance das aulas, uma vez que o professor se limitava a transmitir noções muito rudimentares sobre as matérias, não chegando nunca a aprofundar os conteúdos e a ver o seu trabalho continuado por discípulos. Em Março de 1878, era proposta a criação, junto do Curso Superior de Letras, de uma cadeira de Filologia Comparada, um dos campos de estudo mais em voga na Europa, cuja leccionação deveria ser entregue a Adolfo Coelho, estudioso de mérito reconhecido tanto nacional como internacionalmente.

Acolhidos estes argumentos, em Maio de 1878, seria então criada a cadeira de Filologia Comparada, com Adolfo Coelho como seu responsável. Entretanto, o curso de Língua e Literatura Sânscrita, Védica e Clássica, que em 1878 foi convertido numa cadeira do currículo formal, com a reforma de 1901 deixa de estar integrado no plano curricular, passando as suas aulas a ser facultativas. Por sua vez, em 1888, a pedido de José Benoliel, será também instituído um curso livre que contemplava o Hebraico e que se manterá activo até 1891.

Uma tendência muito presente nos textos que trazemos à análise, fomentada em certa medida pelas constantes reformas curriculares, é a discussão da validade científica das teorias que os autores defendem, por oposição a outras cujo significado procuram diminuir. Constituem, por isso mesmo, fontes do maior interesse para a compreensão do moroso sistema de institucionalização dos saberes em Portugal – visto a partir de dentro, da posição individual dos seus agentes. Da defesa da validade científica podemos colher inúmeros exemplos, como este, de David Lopes, retirado da comunicação apresentada no Congresso Internacional de Orientalistas que teve lugar em Argel, em 1905, intitulado « Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique »:

Les spécialistes ont une grande tendance à exagérer non seulement l'importance de leurs études, mais aussi la valeur de leurs principes. C'est ce qui arrive avec les transcriptions de noms des langues orientales; il y a un raffinement de méticulo-

---

<sup>10</sup>Couvaneiro, "O Curso Superior de Letras (1861-1911)," 41.

sité de parti-pris qui ne paraît pas juste. [...] N'oublions pas que la prononciation change dans la période historique d'une langue. Prétendre que la prononciation du mot telle qu'elle existe aujourd'hui soit la seule bonne, et par suite fausse l'ancienne forme, est une erreur. Non seulement la prononciation varie pendant les différentes époques de l'évolution de la langue, mais au même moment dans les différentes parties de son territoire.<sup>11</sup>

Desta tentativa de legitimar o conhecimento, apelando tanto ao mérito individual quanto ao mérito nacional, sobrevém uma permanente demonstração de domínio e autoridade sobre as matérias.

Como explica Pascale Rabault-Feuerhahn, autora de diversos estudos sobre os Congressos, não só o alcance e a qualidade científica destas exposições levantam múltiplos questionamentos, como elas são o reflexo do encontro de tradições científicas nacionais bem específicas, permanecendo ainda os seus agentes muito aquém de uma homogeneidade de práticas:

Sur le plan strictement scientifique, les travaux présentés sont en général peu novateurs, les discussions, trop brèves pour être vraiment fécondes, et la voix de la majorité risque même d'entraîner sur de fausses pistes. [...]

La dénomination de « congrès des orientalistes » en lieu et place « congrès d'orientalisme » souligne cette variété et présente le congrès comme un rassemblement de savants plus qu'un forum dédié à un domaine bien déterminé.

La dimension internationale des congrès a des répercussions très concrètes sur leur déroulement et leurs résultats. Elle met en contact des pratiques scientifiques variables d'une nation à l'autre. Les orateurs relèvent fréquemment l'existence de véritables habitus nationaux en matière d'orientalisme.<sup>12</sup>

Seguindo a tendência de mostrar o trabalho feito num dado domínio, ao apresentar um esquema sobre os dialectos do português – e antecipando tratar-se de uma proposta inédita, por isso susceptível de contestação – Leite de Vasconcelos defende-se, logo à partida, advogando que a sua autoridade tem por base doze anos de estudo continuado da Língua Portuguesa:

Ce tableau [...] pourra peut-être sembler un peu subtil, surtout à ceux qui, n'étant pas habitués à l'analyse des faits linguistiques, ou ne faisant que les effleurer, en jugent *a priori*; cependant il a pour fondement l'étude que je fais de-

<sup>11</sup>David Lopes, "Trois faits de phonétique historique arabo-hispanique," em *Actes du XIV Congrès International des Orientalistes. Alger 1905* (Paris: Ernest Leroux, 1907), 260.

<sup>12</sup>Pascale Rabault-Feuerhahn, "Les grandes assises de l'orientalisme. La question interculturelle dans les congrès internationaux des orientalistes (1873-1912)," *Revue germanique internationale* 12 (2010): 49-50, <http://journals.openedition.org/rgi/259>.

puis plus de douze années sur notre langue, fouillant les textes et causant partout avec le peuple.<sup>13</sup>

Vários textos são dominados pela mesma retórica da originalidade e da veracidade dos factos citados, sublinhando o recurso a fontes fidedignas para compor os argumentos, ao mesmo tempo que vão colorindo o discurso com os toques de argúcia e de polémica que faziam as delícias de Oitocentos.

Na mesma linha de legitimação do conhecimento, outro aspecto relevante com que nos deparamos é a expressão reiterada da supremacia portuguesa. Por um lado, através da reivindicação do Oriente como uma pertença histórica portuguesa, demonstrada por um conhecimento pioneiro das línguas dos povos nativos, pela responsabilidade portuguesa na criação dos primeiros materiais para ensino das línguas no (e do) Oriente, ou pela relação inequívoca entre os dialectos ultramarinos e o português. Por outro lado, através da afirmação do primado da língua portuguesa, mostrando a sua evolução e antiguidade, e pondo em evidência que desde cedo (século XII) se elevou a língua nacional e literária. Neste âmbito, faz sentido considerarmos que Gonçalves Viana dedica a última parte da sua «Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros» à publicação da transcrição fonética das três primeiras estâncias d'*Os Lusíadas*, « conforme a pronúncia actual de Lisboa e a presumível no tempo de Camões »<sup>14</sup>. Por último, está também patente uma defesa do pioneirismo português nalgumas matérias dos estudos orientais. Leite de Vasconcelos, no seu texto «Sur le Dialecte portugais de Macao», não perde a oportunidade de elogiar o compatriota Adolfo Coelho pelo pioneirismo no estudo dos crioulos, tendo este dado um forte impulso a estudos posteriores de linguistas estrangeiros renomeados: « Cela montre que lorsqu'une bonne idée éclôt au sein de la science, elle est comme une étincelle qui produit aussitôt une grande clarté. A la bonne heure! Cette fois la lumière est partie du Portugal! ».<sup>15</sup>

De uma forma geral, os textos dos autores portugueses apresentados no âmbito dos Congressos Internacionais de Orientalistas – os que se inseriam

---

<sup>13</sup>José Leite de Vasconcelos, *Sur le Dialecte portugais de Macao. Exposé d'un mémoire destiné à la 10ème session du Congrès International des Orientalistes* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1892), 7.

<sup>14</sup>Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros. Memoria destinada a X sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1892), 97.

<sup>15</sup>Vasconcelos, *Sur le Dialecte portugais de Macao*, 8.

no campo de estudos da chamada Filologia Comparada – incluíam no seu conteúdo descrições gramaticais e vocabulários (da norma padrão e dos dialectos), para orientação de falantes e escreventes de comunidades linguisticamente diversificadas. Os textos criavam já as bases teóricas dum misto de empreendimentos a que se veio a chamar mais recentemente política de língua: um conjunto de práticas, umas explícitas e outras implícitas, no sentido de regular os hábitos linguísticos de (e numa) comunidade, nomeadamente a criação de regras ortográficas, a criação de métodos para o ensino da língua a estrangeiros, a revisão do estatuto da língua entre as demais línguas ocidentais, a produção de materiais para a criação de programas de ensino nacionais e a normalização da terminologia linguística.

A fixação da norma padrão constava, pois, como uma das principais problemáticas trazidas à luz pelos autores. No *corpus* que seleccionámos, Gonçalves Viana será provavelmente o autor que mais ênfase coloca nesse empreendimento, procurando antes de tudo situar geograficamente o padrão médio (uma definição que ainda encontra consenso nos nossos dias):

[H]á todavia no centro do reino, entre Coimbra e Lisbôa, um padrão medio, do qual procuram aproximar-se os que sabem ler e escrever, e que tende a absorver as particularidades dialectaes, não só nesse centro, mas ainda nas cidades das demais provincias.<sup>16</sup>

Esta preocupação em fixar a norma padrão tem na sua génese a necessidade de afirmação da identidade linguística, cuja base, hoje em dia sobejamente debatida, é a ideia de que uma língua constitui poder. Daí a importância, plasmada nalguns destes textos, de legitimar as origens do Português e rever a sua história, procurando apoio em metodologias e em estudos análogos de reconhecidos filólogos e gramáticos estrangeiros.

Seguindo as tendências da época, a ortografia adoptada na proposta de Gonçalves Viana é de natureza etimológica, uma escolha justificada pelo próprio autor:

Adoptámo-la, não para trazermos mais uma novidade em opposição ás usanças patrias, quando já no systema de transcrição havia tantas [...].

---

<sup>16</sup>Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa*, 43.

Para nós a melhor orthographia será aquella que, attendendo á evolução do nosso idioma, mais conforme estiver com o padrão medio da pronuncia, como o estão a italiana e a hispanhola.<sup>17</sup>

Neste autor é também muito clara a preocupação com a aprendizagem do português por falantes estrangeiros:

[N]ão é ocioso, todavia, dar aqui algumas indicações das diferenças entre essa pronuncia de há três séculos e a actual, as quaes serão sem reluctancia aproveitadas por estrangeiros, a quem hábito adquirido não dá o preconceito de que só a sua pronunciação é legítima, como acontece com os portugueses com respeito ás suas, individuaes ou dialectaes.<sup>18</sup>

Porém, acentua o afastamento e o descrédito relativamente à variedade brasileira, mostrando, por exemplo, que as suas diferenças fonéticas têm origem « em hábitos de pronúncia indígena »:

Ora, os fallares brasileiros, ao contrario do que poderia suppor-se e já se tem dito, não representam, em grande maioria dos casos, na sua pronuncia, um português arcaico do continente, que ahi persista em estado de boa conservação, mas esse português, modificado na bôca de estrangeiros no sentido de menor complexidade de syllaba e da sua mais clara enunciação e delimitação, adquiridas essas qualidades á custa da rapidez e da fluencia da loquèla, tam peculiares, hoje pelo menos, do português fallado na Europa. [...]

[O] alongamento das vogaes pretónicas, que, destacando-as como na medição do verso, transmite à elocução aquelle carácter preguiçoso e lento de dicção arrastada, que é sem dúvida grato aos ouvidos, mas que contrasta singularmente com a energia do falar português, e que denuncia imediatamente o brasileiro, seja qual for a terra da sua nacionalidade, e o differença do individuo nascido e criado em Portugal.<sup>19</sup>

No entanto, conforme veremos, não só da atenção concedida à língua pátria e à identificação da norma culta sobressai a afirmação da identidade linguística. O estudo dos dialectos e das línguas mistas – uma das áreas preferenciais de Adolfo Coelho – levanta outras questões interessantes. Em 1892, este mesmo autor pretendia apresentar ao malogrado X Congresso de Lisboa o seu trabalho sobre «Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão». O trabalho explora não só questões linguísticas relacionadas com o dialecto

<sup>17</sup>Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa*, 96.

<sup>18</sup>Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa*, 90.

<sup>19</sup>Viana, *Exposição da pronuncia normal portuguesa*, 94-95.

dos ciganos de Portugal – o *rumanho* –, que também levam o autor a empreender uma separação clara relativamente a outras formas de linguagem como o calão e a gíria portuguesa, mas faz com que se detenha ainda em questões de etnologia geral através do estudo da cultura dos ciganos propriamente dita.

Um dos objectivos deste género de estudos era precisamente impulsionar a descrição formal da norma culta portuguesa e a distinção dos diferentes vocabulários ligados ao português (onde cabem a gíria ou o calão). É aplicado a este estudo o método comparativo, através do qual são exploradas as relações entre o tsigano, o gitano de Espanha e o estudo dos dialectos ciganos em geral. À semelhança de outros autores, também Adolfo Coelho irá procurar na literatura portuguesa mais antiga referências que validem os seus argumentos (nomeadamente em Gil Vicente e na forma como este representa a personagem de uma cigana), elevando mais uma vez a língua a um estatuto de língua literária (forma de exaltar, ao mesmo tempo, a própria literatura).

O texto, todavia, vai-se acomodando à retórica da raça e é povoado por uma série de generalizações que confluem, na sua maioria, na ideia de que o que é diferente é primitivo: «Onde se revela por completo o estadio primitivo de cultura do cigano é na diferença profunda dos seus sentimentos e modo de acção, de um lado para com os da sua raça, os calés, de outro para com os estranhos, os *jambos* ou *païos* (*paillos*) ». <sup>20</sup> Ou ainda: « Diversos factos provam que o cigano é susceptível do sentimento de gratidão para com o estranho que o protege [...]. Parecem ser muito limitadas as aptidões estheticas dos ciganos ». <sup>21</sup>

Estudos como o de Adolfo Coelho conduzem a uma ideia de apropriação (ou, pelo menos, de seriação) das demais formas de linguagem como meio de controlo político e social: a classe dominante, consolidada em estruturas académicas, procura chamar a si o saber culto e colabora entre si no sentido de segregar, em diferentes categorias, o que tem legitimidade para ser e o que não tem. Esta tendência parece encontrar fundamento no duplice desejo de compreender, e ao mesmo tempo dominar, « *o outro de nós*, o estranho

---

<sup>20</sup>Francisco Adolfo Coelho, *Os ciganos de Portugal com um estudo sobre o calão. Memória destinada á X Sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1892), 191.

<sup>21</sup>Coelho, *Os ciganos de Portugal*, 194-195.

dentro da nossa casa, o Oriente que nos é próximo »<sup>22</sup>. Assim, o que vamos encontrar neste e noutros textos chamados a este estudo é um entendimento de que determinadas formas de falar pertencem, de facto, à língua portuguesa, mas *não são* a língua portuguesa.

Se continuarmos a nossa pesquisa, veremos que outra das áreas científicas desenvolvidas pelos orientistas portugueses diz respeito ao estudo da língua e da cultura árabe. Tais estudos, no âmbito dos quais se destaca grandemente a figura de David Lopes, não podem ser lidos ou analisados sem que antes tenhamos em consideração a existência de, pelo menos, duas teses distintas, cujas propostas condicionam qualquer conclusão a que possamos chegar.

A primeira delas é a que sobressai na proposta de Edward W. Said (1978), a que já aludimos, e que pressupõe a existência de uma ligação disfuncional entre o colonialismo e os estudos orientais, tendo estes sido estimulados essencialmente para fornecer uma base académica à exploração política da questão arábico-islâmica, em lugar de produzir conhecimento científico puro e objectivo, que seria o papel da ciência. Assim, os orientistas europeus, incapazes de apreciar a “alteridade” da civilização arábico-islâmica, transmitiriam a essência de uma civilização “inferior”, ou seja, uma projecção totalmente imaginária e uma má interpretação da realidade.

A segunda proposta, apontada por Karla Mallette na sua obra *European Modernity and the Arab Mediterranean. Toward a New Philology and a Counter-Orientalism* (2010), leva-nos a considerar que, se não nos debruçarmos apenas sobre intelectuais e instituições académicas francesas e britânicas, encontramos na Europa outros países que lidaram com a presença Árabe dentro dos seus próprios territórios (durante a Idade Média ou na primeira parte do Período Moderno) e que, em virtude dessa “co-habitação”, tiveram a possibilidade de compreender e representar a cultura arábico-islâmica como uma componente da sua própria História. É o caso da Sicília, Malta, Espanha ou mesmo Portugal. Assim, a explicação do interesse pelos estudos árabes revelado por orientistas destes países deve contemplar a possibilidade de es-

---

<sup>22</sup>Catarina Nunes de Almeida, “Um ‘estádio primitivo de cultura’: a perspectiva orientalista de Adolfo Coelho sobre os ciganos de Portugal (1892),” *Altre Modernità. Rivista di studi letterari e culturali*, 2 (2019): 159, <https://riviste.unimi.it/index.php/AMonline/article/view/11331>.

tar a ser trazido à análise o passado da própria nação e não uma História distante, exótica, estrangeira e radicalmente diferente.<sup>23</sup>

Entre os textos portugueses que contemplam a língua árabe, parece-nos particularmente interessante trazer a este estudo aquele que é dedicado à «Simplification possible de la composition en caractères arabes», da autoria do já mencionado linguista Gonçalves Viana. Neste trabalho são sugeridas supressões e substituições de alguns caracteres árabes para fazer face às dificuldades ao nível da composição tipográfica dos mesmos, caso viessem a ser impressos na Europa. Gonçalves Viana revela enorme pragmatismo e mostra uma aplicação muito estratégica da sua proposta:

[J]e suis persuadé que, en cherchant à simplifier ce système, on obtiendrait facilement deux résultats, qui me paraissent d'une haute importance pour le progrès et la diffusion de l'étude des langues qui ont adopté cette écriture: un moindre prix pour les livres, un allègement pour ceux qui veulent s'en occuper.<sup>24</sup>

Além deste género de trabalhos – que se traduzem, de novo, numa apropriação ou numa instrumentalização de línguas estrangeiras (sendo os fins alegados, neste último exemplo, de ordem explicitamente comercial) –, outros incidirão sobre a relação histórica entre o árabe e as línguas ibéricas, através do estudo comparado de alguns traços fonéticos e de alguns topónimos de Portugal, o que nos leva a concluir que, mesmo sendo tomada por objecto a língua árabe, o que está na base da pesquisa é, muitas vezes, uma busca pelas origens da própria língua portuguesa e a evolução fonética ou semântica de algumas das suas palavras (exemplo disso é o já citado texto de David Lopes, «Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique», apresentado em 1905).

No *corpus* de textos preparados para os Congressos Internacionais contam-se ainda alguns dedicados aos dialectos da Ásia, designadamente o concani e o macaense. No que respeita ao concani, os dois estudos que considerámos para esta análise destacam-se bastante do corpus que temos vindo a descrever até aqui, desde logo pela proveniência dos seus autores – André

---

<sup>23</sup>Karla Mallette, *European Modernity and the Arab Mediterranean. Toward a New Philology and a Counter-Orientalism* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010).

<sup>24</sup>Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, *Simplification possible de la composition en caractères arabes. Mémoire présenté à la 10<sup>ème</sup> Session du congrès international des orientalistes* (Lisboa: Imprensa National, 1892), 4.

Paulo de Andrade<sup>25</sup> e Santana Rodrigues<sup>26</sup> – ambos médicos de formação, ambos nascidos em Goa, onde passarão grande parte das suas vidas. Assim, a leitura destes textos servirá, fundamentalmente, para marcar um contraste quanto ao tratamento dos dialectos: em primeiro lugar, um contraste relativamente àqueles que sobre eles inferem a partir da distante metrópole e, em segundo lugar, relativamente às preocupações que sobre eles têm aqueles que co-habitam com os diferentes dialectos dentro das próprias colónias. Aplicando-nos nesse exercício, rapidamente percebemos que as questões levantadas, tanto por André Paulo de Andrade como por Santana Rodrigues, em relação ao concani, estão ao nível das dos orientalistas a que fizemos referência no que concerne à língua portuguesa. Uma preocupação comum é trazida à luz: a raiz ancestral da língua.

Ora, se a base destes textos é uma reflexão sobre a origem e evolução do concani, o que os autores fazem ao longo das suas dissertações é procurar argumentos que sustentem as diferentes teses até então conhecidas sobre a origem dessa língua: se seria uma corruptela (ou um dialecto) do sânscrito; se se trataria de uma língua independente com influências lexicais do Sânscrito, do Marata, do Hindustani e do Português; se constituiria uma forma impura do Marata, “envenenada” por palavras de origem Tâmil; ou se, por sua vez, seria uma forma primitiva do Marata, penetrada por influências do Marata moderno, do Sânscrito e do Português.

Mais de trinta anos separam os textos de André Paulo de Andrade e de Santana Rodrigues. Por certo esse tempo foi suficiente para que cada um deles se inclinasse para teses distintas: se Santana Rodrigues defendia a última das teses apresentadas, André Paulo de Andrade pendia antes para a primeira, a que associava o concani ao sânscrito – essa alegação, na década em que nos escreve, significava conferir ao concani um estatuto e uma linhagem que muito o elevariam em termos linguísticos, devido à natureza superior atribuída à língua sânscrita, a que fizemos menção. Entretanto, o que mais os une (e distingue em relação aos demais autores que aqui estudámos) talvez seja o discurso crítico sobre a responsabilidade portuguesa pela ruína em que o concani se encontrava, conotada sobretudo com uma política colonial re-

---

<sup>25</sup>André Paulo de Andrade, *A Few Passing Words on the Konkani Dialects as Spoken in Goa* (Bombay: Family Printing Press, 1892).

<sup>26</sup>Santana Rodrigues, “The Origin of Konkani Language,” *O Instituto: revista científica e literária* 78 (5) (1929): 561-572.

pressiva durante séculos e séculos. Este aspecto muito destaca estes textos da exaltação patriótica que tínhamos notado até aqui. É de referir, ainda, o lamento comum pela ausência de estudos sistematizados sobre esta língua, deixando fortes apelos a que o seu ensino seja difundido por toda a Índia portuguesa.

Entretanto, também o texto de Leite de Vasconcelos *Sur le Dialecte portugais de Macao* (1892) nos leva a alguns comentários, sobretudo por se tratar de um texto que, não obstante o título, nada nos diz sobre o dialecto de Macau. O autor limita-se a indicar, no final da sua dissertação, as fontes que possuía para esse estudo então em curso (estudos de Filologia, documentos escritos, informações pessoais) não querendo, apesar disso, perder a ocasião de as partilhar com o Congresso e de enfatizar o tema. Ora, o pretense tema será antes uma oportunidade para falar, uma vez mais, sobre a evolução do português em Portugal, da sua constituição em co-dialectos, dialectos, sub-dialectos e da sua presença além do continente, através das secções insular (Madeira e Açores) e ultramarina (dialecto brasileiro e crioulos). Fazem-se ainda referências aos Descobrimentos e também ao apoio que certas fontes e documentos da época, produzidos pelos portugueses, podem dar aos estudos linguísticos sobre línguas indígenas. Recorre depois, à semelhança de outros orientistas, à citação de textos fundadores da literatura nacional, como *Os Lusíadas*, e mostra a importância dos «monumentos literários» para trabalhos de linguística histórica: « Nous pouvons étudier la dialectologie ancienne dans les monuments littéraires (documents, poètes comiques, etc.) et dans les monuments épigraphiques ». <sup>27</sup> Trata-se, portanto, de um texto que se insere perfeitamente no corpus que analisámos até aqui e que compreende, em termos genéricos, a defesa da supremacia portuguesa e a afirmação da identidade linguística, nunca chegando a tomar verdadeiramente por objecto o dialecto macaense.

Na sua maioria, os aspectos que procurámos destacar nestes textos colocam-nos perante a questão de os argumentos levantados serem ou não dirigidos por uma visão política da língua. A verdade é que o conteúdo dos mesmos parece adequar-se a uma série de planificações que hoje em dia seriam, de facto, indissociáveis de um conceito como o de *política de língua*. É evidente que nestes textos existe já uma planificação do *corpus* (a regulação da forma da língua, ou seja, a padronização da sua estrutura e funcionamento),

---

<sup>27</sup>Vasconcelos, *Sur le Dialecte portugais de Macao*, 4.

uma planificação do estatuto (a regulação das funções da língua na sociedade, nomeadamente a oficialização da língua e a sua difusão no estrangeiro), uma planificação da aprendizagem (o ensino da língua, com o objetivo de aumentar a qualidade e a quantidade dos seus falantes), uma planificação do prestígio (que inclui todas as medidas conducentes à promoção das várias vertentes acabadas de referir, especialmente a utilização da língua em contextos formais de grande prestígio e visibilidade nacional e internacional).

Os textos a que fizemos referência compreendem já um conjunto de representações e de atitudes de falantes – embora se tratasse duma elite – perante a própria língua e também as línguas de outros (designadamente, as línguas orientais, as línguas mistas, os dialectos). Já nestes textos se pode ler que o português é uma língua com tradição escrita e literária seculares, que os portugueses queriam tomar a dianteira nas decisões acerca da língua que consideram primordialmente sua (não a submetendo assim a intervenções e ilações alheias), que os dialectos ou as línguas mistas seriam todas as variedades a que se não reconhecia estatuto de língua por não terem tradição escrita consolidada e não serem línguas nacionais oficiais (entre estas estariam os dialetos das línguas europeias e asiáticas e os crioulos de base lexical europeia) e, por último, que estava já em curso o diagnóstico das variedades linguísticas, dos falantes e das funções sociais de ambos (a língua materna e as línguas estrangeiras, as variedades internas dessas línguas e eventuais variedades de transição).

Uma vez aqui chegados, interessa-nos perceber em que medida podemos relacionar o discurso destes autores com a acção colonial portuguesa. Voltemos então à posição de Said:

A minha tese é a de que os aspectos essenciais da teoria e da *praxis* orientalistas modernas [...] podem ser entendidos não como um acesso súbito de conhecimento objectivo sobre o Oriente, mas como um conjunto de estruturas herdadas do passado, secularizadas, redistribuídas e reformadas por disciplinas como a filologia, que por sua vez eram substituídas (ou versões) naturalizadas, modernizadas e laicizadas do sobrenaturalismo cristão. Tomando a forma de novos textos e ideias, o Oriente acomodou-se a estas estruturas.<sup>28</sup>

Relacionando o *corpus* que analisámos com esta mesma tese, torna-se claro que as noções de império/nação, história/memória interferiram e moldaram, também no contexto português, a produção de conhecimento sobre o

---

<sup>28</sup>Said, *Orientalismo*, 141.

Oriente. O conhecimento produzido relativamente ao império português, no que respeita aos estudos filológicos, parece enquadrar-se assim num contexto amplo que podemos definir como orientalista (no sentido em que Said o define, ou seja, um orientalismo que pouco se traduziu no interesse efectivo pelo Oriente).

Pascale Rabault-Feuerhahn, numa leitura que prontamente subscrevemos, também não deixa dúvidas sobre os interesses políticos e coloniais implicados nos Congressos, manifestos quer na escolha dos países que acolhiam os eventos, quer na autoridade de que os países se auto-investiam durante os discursos de abertura dos mesmos:

[I] est impossible d'analyser les congrès internationaux des orientalistes en faisant abstraction du contexte colonial. [...]

Accueillir le congrès, c'était pour un pays une manière d'affirmer sa propre implication dans les études orientales et, au-delà, poser des jalons pour légitimer sa position de force dans certaines régions de l'Orient. [...] Les nombreux discours d'ouverture des congrès, célébraient abondamment la pertinence du lieu de la réunion et rappelaient à l'envi la tradition locale d'études orientales. [...] Certes, au vu du coût élevé du voyage et de l'inscription à un congrès, les orientalistes du pays étaient toujours surreprésentés et cela explique en partie que les thèmes phares de l'orientalisme national, eux-mêmes influencés par les contacts historiques du pays concerné avec l'Orient, aient souvent occupé le devant de la scène.<sup>29</sup>

Embora os autores aqui estudados, e os seus textos, estejam apenas a esta estrutura designada por Congressos Internacionais de Orientalistas, destinada a produzir conhecimento sobre o dito Oriente, eles vão reflectir, em muitos casos, uma preocupação fundamental com o estudo das origens da sua própria cultura, começando por prestigiar a língua que falam e por fazer valer, perante uma elite científica, o seu conhecimento sobre as demais línguas como sendo um conhecimento de excelência. O país de origem (que investiu na sua formação, que subsidiou as suas missões) não apenas retirava do conteúdo teórico destes textos o dividendo científico como, segundo nos parece, recorria a eles para se posicionar em termos geopolíticos e desenhar uma estratégia colonial que fosse ao encontro dos seus interesses. Com estes trabalhos estavam lançadas as primeiras sementes duma política de língua.

---

<sup>29</sup>Rabault-Feuerhahn, "Les grandes assises de l'orientalisme," 60-62.

Os aspectos que acabámos de sublinhar parecem não deixar dúvidas sobre o facto de o orientalismo português, à semelhança de outros orientalismos europeus, ter sido um instrumento da acção colonial. Isso explica não só o tom marcadamente nacionalista do discurso patente em diferentes textos, mas também a co-existência duma rede intertextual explícita, sustentada pelos próprios autores, visando encerrar a legítima pertença do saber entre compatriotas, dentro das fronteiras espaço-temporais do Império. Através deste exercício subliminar, em que o nacionalismo se liga a um movimento de auto-projecção colectiva, escrever sobre o Oriente é principalmente um pretexto para escrever sobre Portugal, daí o foco nas grandes figuras da história e da literatura, das quais os autores colhem os exemplos que sustentam os seus argumentos. Assim, mesmo quando os textos têm por objecto de estudo o chamado Oriente, o seu conteúdo parece ser um subterfúgio para desenvolver e afirmar temas caros, sobretudo, aos estudos portugueses.





VOLUME 26 • NUMBER 2

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

WINTER 2018



ISSN 1057-1515